

**PARAÍÇOS CRUZADOS:
DIÁLOGOS DO ENCANTAMENTO E DO DESENCANTAMENTO DO MUNDO
(GILBERTO FREYRE E SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA)**

Sandra Pesavento

Doutora em História

Professora Titular de História do Brasil da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre - RS - Brasil

Os quinhentos anos da terra tem propiciado, *ad nauseam*, comemorações, celebrações, ritos, discussões e enfrentamentos. Para o bem e para o mal, entre a festa e o protesto, resta um espaço para repensar o país e indagar sempre, reatualizando a leitura de velhos textos que “disseram” ou “redescobriram” o Brasil, desvelando a “alma da terra”.

A alma da terra. A expressão nos remete àquele reduto íntimo das sensações e das formas de apreensão e reconhecimento do mundo. Trata-se da identificação de um *ethos* especial, de uma particularíssima forma de ser partilhada por um grupo que constrói uma comunidade imaginário de sentido. Nós, os brasileiros; eles, os outros.

A alma da terra pressupõe raízes, se não reais, pelo menos afetivas e simbólicas. Ela prende os indivíduos a traços, a marcas, a *habitus*, a pontos de ancoragem da memória, de identificação do cotidiano e a valores socializados.

Sabemos bem do que se trata, pois, em certa medida, temos a possibilidade de pensar o Brasil, os Brasís e os brasileiros cotidianamente, através de elementos icônicos e emblemáticos da construção do nacional. Eles são, em certa medida, herdados, enraizados em um certo “modo de ser”, transmitidos didaticamente pelo sistema de ensino, publicizados pela mídia, exibidos por imagens, narrativizados pela prosa literária ou pela poesia, exemplarizados em ritos de natureza diversa.

Mais do que isso, os quinhentos anos do Brasil deram margem a comemorações, celebrações e protestos que, para o bem e para o mal, forçam a uma reflexão sobre o pergunta ancestral: quem somos nós?

Para aqueles que se arvoram a repensar o Brasil — e, de uma certa forma, redescobri-lo — o marco de meio milênio de existência implica uma espécie de releitura das posturas que refletiram a preocupação de surpreender a “alma da terra”.

A estetização dos fatos — ou a colocação em narrativa da realidade — é datada e responde pela temporalidade de sua produção, com o que participam do imaginário construído sobre o Brasil em um momento dado.

As leituras, por seu turno, são também tributárias do seu tempo e se inserem no horizonte de expectativas e nas indagações e projetos de uma época.

Mas idéias não têm raízes e viajam no tempo e no espaço, proporcionando sempre novas apropriações e historicizações.

É por este princípio que se torna instigante a constante releitura daqueles autores que desvelaram/revelaram a alma da terra sob diferentes perspectivas. Eles realizaram, com a sua escritura, não só uma explicação do seu presente, mas uma invenção do passado e uma criação do futuro.

Neste ensaio, pretendemos estabelecer um cruzamento entre a obra de Gilberto Freyre — “Novo mundo nos trópicos” — e a de Sérgio Buarque de Holanda — “Visões do paraíso” —, a propósito das reflexões que encerram.

Tendo como elemento central de análise o confronto e o possível diálogo entre duas visões que constroem e desconstróem o paraíso tropical, o trabalho busca encaminhar a discussão para o processo de encantamento e desencantamento do mundo que preside a construção das duas narrativas.

De Horkheim a Adorno¹, ou de Habermas a Max Weber, constroi-se um processo de dessacralização do mundo presidido pelo capitalismo. A reprodutividade técnica e a razão científica marcam o fim das visões tradicionais e o desencantamento do modo de apreensão do real. Pode-se dizer que, segundo esta ótica, o sagrado e a crença

são substituídos pelo científico e pela busca da verdade. A este processo Walter Benjamin propõe a transcendência sacralizadora, oportunizada pela fetichização da mercadoria, transfigurando o real. Sob tal enfoque, a sociedade capitalista realizaria um trânsito da dessacralização à sacralização da realidade, procedendo-se a um novo encantamento do mundo. Os conceitos benjaminianos do mito e da fantasmagoria são formas acabadas que dão a ver tal processo: apoiados pela própria ciência ou razão, de forma explícita ou não, elas seduzem, captam a atenção e fazem crer.

Ora, a discussão que pretendemos fazer, no diálogo entre as visões de Freyre e de Holanda, é a que se propõe a ver como, através da construção/desconstrução da visão do paraíso, se estabelecem formas de entender padrões de referência identitária para o país em um momento de redefinições do nacional: do final da década de quarenta ao início dos anos sessenta, conjuntura que preside a escrita de ambas as obras.

Partamos de Sérgio Buarque de Holanda, que publicou, em 1959, pela José Olympio, a sua tese universitária, “Visão do paraíso”². Nesta obra, o autor anuncia que vai tratar da formação dos motivos edênicos no descobrimento e na colonização do Brasil, contrapondo a visão portuguesa à reatualização que sofria, na época, a idéia do Paraíso Terrestre, por parte de navegadores espanhóis e anglo-saxões.

Com erudição extraordinária e cultura invulgar, Sérgio Buarque vai tecendo um universo mágico que se dá a ver nos relatos de viajantes, nos depoimentos de navegadores, nos traços dos mapas da época, nas histórias mirabolantes de um “ouvir contar”. Neste processo, Sérgio vai tecendo fragmentos de textos e de oralidades, cosendo testemunhos de quem viu com relatos de quem não viu nem ouviu, mas escutou de quem teria visto um dia. Se, nesta senda, no rastro dos relatos de uma terra maravilhosa, ele recua até o fantástico personagem Ouyr Dire, de Rabelais, o primeiro a falar de um certo Pedro Álvares Cabral descobridor, por outro lado, ele, de uma certa forma, nos retrança o próprio caminho de Heródoto, que registrou o visto e o não visto, mas relatado.

¹ Horkheim, M.; Adorno, T. **Conceito de Iluminismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1969. (Col. Os Pensadores)

² Holanda, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Desta justaposição composta de lendas e verdades transfiguradas, os imaginários dos séculos XV, XVI e mesmo XVII expressam a busca de encontrar uma idade de ouro, utopia recessiva que coloca, nas novas terras a ocidente, o paraíso terreal.

Começar de novo, ter a oportunidade de partir de uma tábula rasa é uma das idéias que se estruturam e se confundem com a noção difundida entre os europeus de que teriam chegado a uma terra de bem-aventurança eterna, que as belas mulheres, o clima ameno e a natureza exuberante parecem confirmar.

Mas Sérgio Buarque acentua bem a característica do espírito português neste contexto de encantamento: os lusos marcam como que um recuo diante da geografia do fantástico, da cartografia do maravilhoso e das narrativas do exótico, recorrentes entre outros povos. Como assevera o autor, o sentido prático dos portugueses tomara o lugar da imaginação criadora, fazendo com que as visões do paraíso tivessem um espaço restrito na América Portuguesa.

Estaríamos diante de um realismo desencantado, baseado no concreto, na experiência e na utilidade, princípios estes que haviam destronado a maravilha e o mistério. Complementa Sérgio Buarque:

“Ao lado disso, não é menos certo que todo o mundo lendário nascido nas conquistas castelhanas e que suscita eldorados, amazonas, serras de prata, lagoas mágicas, fontes da juventude tende antes a adelgaçar-se, descolorir-se ou ofuscar-se, desde que se penetra na América lusitana”³.

Há como que um senso realístico do possível que se substitui à ambição de perseguir o ideal paradisíaco. Se não o ouro, então o açúcar coloca-se no lugar daquela via para a obtenção da riqueza. Tal o raciocínio prático daquele povo que revelava mais experiência que imaginação, mais apego à linguagem direta do que à metáfora.

Isto se deveria, pergunta-se Sérgio Buarque ao longo de sua obra, ao fato de ser Portugal um povo de escritores e marinheiros? De ser um país de precoce formação política em termos de construção de um Estado nacional? De ser um pequeno país, que só viu no mar os caminhos de sua expansão? De, uma vez lançados ao mar, serem

experts em navegação? De terem, por tudo isso, feito progressos no sentido de um raciocínio escolástico?

Nesse contexto, ensaiando resgates múltiplos, Sérgio Buarque traça um panorama no qual o português participa de um processo de desencantamento do mundo e que tem início desde a Renascença e da expansão ultramarina.

Por um outro lado, poderíamos dizer que Sérgio Buarque de Holanda faz, em sua obra, uma história sem dúvida “diferente” para o seu tempo. Uma história social, na qual é o cultural a janela de entrada, que tece e retece formas de ser, sensibilidades, visões de mundo, mentalidades. Talentos, diga-se de passagem, já demonstrados em “Raízes do Brasil”, onde o autor reinterpreta o país, rompendo a história contínua de uma linha de tempo seqüencial e buscando a “alma da terra” nas raízes da lusitanidade.

Passemos a Gilberto Freyre e sua obra “Novo mundo nos trópicos”, publicada em 1971, em português. Esta obra fora publicada, pela primeira vez, em inglês, em 1944, e dela fora uma parte publicada no Brasil em 1947, com o título de “Interpretação do Brasil”.

Desde “Casa grande & senzala”, publicada em 1936, Freyre havia estabelecido uma espécie de marco quanto à interpretação do Brasil, ao positivar a herança mestiça que maculava a identidade nacional. Por outro lado, como se afirma no prefácio de “Interpretação do Brasil”, em 1947, Freyre não só viera a *“ampliar a história na sociologia, como também a sensibilizar mais humanamente a sociologia ao contato direto e constante da história”*⁴.

Um sociólogo que se faz historiador, um historiador que se faz sociólogo, ambos a discutir a cultura do Brasil. Fronteiras que se franqueiam, a abrirem a possibilidade do diálogo das duas histórias sobre o nacional.

³ Holanda, op.cit., p.130.

⁴ Montenegro, Olívio. Introdução. In: Freyre, Gilberto. **Interpretação do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947. p.16

Mas, se Sérgio Buarque parte da visão de um desencantamento do mundo, promovido pelo espírito prático e pouco dado a visualizar o paraíso na *terra brasilis*, Freyre faz o caminho inverso.

O paraíso é aqui, consagra o escritor pernambucano. O Brasil é a mais bem sucedida experiência da colonização portuguesa, ou, melhor ainda, representa o maior legado que Portugal podia dar ao mundo. Não que a nossa terra fosse fácil para viver, apesar da beleza, mas o lusitano a ela se adaptou e construiu, verdadeiramente, um novo mundo — bem sucedido — nos trópicos.

A tropicologia — “ciência” criada para estudar o fenômeno civilizatório da colonização portuguesa — revelava o segredo que tornara possível aquele paraíso tropical, a mestiçagem, fator de vitalidade, beleza e impulso criador. Trata-se de um idealismo utópico, que faz do recessivo o projeto duradouro.

A predisposição para miscigenar-se era algo que já viera como herança da matriz lusitana, e que só se exacerbava com a sensualidade e sexualidade dos novos atores “encontrados” no meio tropical: as negras e as índias.

A positividade da experiência, produzindo uma civilização original, em tudo diferente do que até então havia, de uma certa forma encontrava um espaço para a concretização da utopia: o paraíso tinha endereço, e lá, no Brasil, o sonho medieval/renascentista de “começar tudo de novo” não só se realizara, como dera certo. Segundo Freyre, o Brasil era uma espécie de China tropical, onde a combinação do exótico com a sabedoria produzira uma civilização nova⁵.

Tal como Sérgio Buarque, em “Raízes do Brasil”, opusera o tipo espanhol do ladrilhador, com a sua “sobranceria”, ao semeador português, Freyre recorria também a paralelos, para opor os traços hispânicos de tendência ao trágico à calma do lusitano. Em “Novo mundo nos trópicos”, Freyre chegava a dizer que, se o suicídio de Vargas tivesse acontecido na América espanhola, uma verdadeira tragédia nacional teria ocorrido, mas, sendo o Brasil de base lusitana, tudo fora metabolizado e tivera outro curso...

⁵ Freyre, Gilberto. **Novo mundo nos trópicos**. São Paulo: Ed.Nacional/Ed. da USP, 1971. p.233 et seq.

Em tudo e por tudo, a nova realidade, criada pelos lusos, seduzia e encantava e viera reatualizar mitos já bastante antigos sobre o Brasil, desde Paulmier de Gonneville a Jean de Léry, chegando até Michel de Montaigne, com as suas reflexões sobre o relativismo e a diferença. Em suma, o Brasil era um sucesso, que viera a ser “redescoberto” pelos franceses a partir da década de quarenta⁶, sobretudo a partir dos escritos dele próprio, Freyre, que revelara ao mundo a existência de uma espécie de Paraíso Terreal⁷.

Ora, os dois textos ensejam a possibilidade de pensar “redescobertas” do Brasil, a reafirmar identidades tendo como centro a idéia do paraíso, perdido ou reencontrado. Mas esta possibilidade de leitura de um texto deve ser feita a partir da época de sua escritura, mesmo que ela implique uma retomada do passado.

Como bem disse Benjamin, *“não se trata de apresentar os textos no contexto de sua época, mas sim de mostrar — através da época em que surgiram — a época que os conhece: a nossa”*⁸.

Neste sentido, o texto da história, da sociologia e da literatura, ao revelarem o passado, nos dizem sobre o presente da escritura, ou seja, o lugar no tempo de onde se colocam as perguntas, enunciam as questões e onde se situa o horizonte de expectativas da recepção.

Assim sendo, é no período de um país redemocratizado, que conduz um processo de desenvolvimento capitalista auto-sustentado, e onde se insinua a possibilidade de construir uma democracia, que os textos se gestam: o de Freyre, escrito no agonizar no Estado Novo, publicado no imediato pós-45; o de Sérgio Buarque, escrito no final dos anos cinquenta e publicado logo a seguir, no início dos anos sessenta.

Trata-se de autores que já haviam, no imediato pós-30, produzido sua obras mestras: Freyre, em 1933, com “Casa grande & senzala”, e Sérgio Buarque, com “Raízes

⁶ Leenhardt, Jacques. La réception de Gilberto Freyre en France: stratégies disciplinaires et consécution d’une pensée hétérodoxe. In: **Colloque Centenaire Gilberto Freyre**. Poitiers, 2000.

⁷ Pesavento, Sandra. De Recife para o mundo: Gilberto Freyre, a França e os franceses. In: **Colloque Centenaire Gilberto Freyre**. Poitiers, 2000.

do Brasil”, em 1936, e o que se colocava em pauta era, no caso, recuar, confirmar ou avançar sobre as análises feitas. A idéia de nação continuava a perseguir o país, ou talvez pudéssemos inverter a afirmação e dizer que o país precisava definir sua “alma”.

Esta referência identitária, no caso, é dada em função do presente, que não apenas reinventa o passado, mas constrói o futuro, inscrevendo-se como mito ou utopia.

No caso de Sérgio Buarque, a dessacralização paradisíaca não se reveste de desesperança total ou negativismo sem saída. A análise do processo de montagem da colonização prende-se a um *savoir-faire*, a uma matriz prática e experiência herdada, a uma espécie de base técnica operacionalizadora e que possibilita a colonização. É ainda este espírito “terra-a-terra” que apega o “semeador” à propriedade, o que é, por si, não propriamente negativo. Pelo contrário, poder-se-ia dizer que a perda do paraíso e a atitude realista potencializaria as condições de construção do país em todos os níveis. Não se trata de um paraíso herdado e a preservar, mas de uma terra a construir, a tornar habitável, lucrativa.

Entretanto, há um mal de origem na trajetória destes homens práticos, dívida esta que remonta à vivência cotidiana daqueles lusitanos que se fizeram brasileiros. O semeador empenhou-se no trato com a terra e com as gentes, mas tendo como resultado as relações patrimoniais, escoradas no favor e que revelam o verdadeiro caráter do “homem cordial”. “Em uma terra onde todos são barões”, diz Sérgio Buarque, “difícil é realizar o consenso”⁹.

Tal *modus vivendi*, enraizado no passado histórico, põe dificuldades à construção da democracia, impasse este que, tragicamente, parecia chegar ao seu clímax nas vésperas de 1937.

Mas não se confirma a tendência de cair em um pessimismo exagerado, que vê tais pecados de origem impregnar toda a moral, a condição psicológica e o modo de ser do português nos trópicos. A proposta de construção do nacional será salva no capítulo final da obra “Raízes do Brasil”, escrita pouco antes do golpe do Estado Novo.

⁸ Benjamin, Walter. **Paris, capitale du XIX^e siècle. Le livre des passages.** Paris: CERF, 1989.

⁹ Holanda, op.cit.

Em “Nossa revolução”, título sugestivo desta conclusão da obra, Sérgio Buarque formula uma saída possível e encaminha a esperança de um “despertar” para o país.

Como historiador que se imbuí da tarefa de realizar a leitura do social, Sérgio Buarque recria o passado sob uma ótica que desencanta o mundo, mas o futuro só poderá ser construído pelo rompimento com parte desse passado, que aprisiona a construção democrática da nação. Há necessidade, no caso, de uma ruptura política com tal passado, e o autor propõe, pela visão crítica, a defesa de uma democracia política, apoiada na renovação do social. Traz, pois, o político para o âmbito do social e propõe uma possibilidade de saída, que só poderá se dar pela construção da cidadania, ou de uma socialização dos direitos que são monopolizados por alguns.

Já em Freyre, há uma matriz mágica que emana do ato criador original e que constrói um mundo encantado. O *savoir-faire* do elemento fundante lusitano, amalgamado na terra pela mestiçagem com os índios e, sobretudo, o negro, se apoia na sensibilidade criativa, em uma espécie de *élan* vital e sensual, e não na ciência ou no sentido prático.

Se há conflitos, esclarece Freyre, estes são de natureza étnica, e não racial. Eles se exteriorizam em atritos de costumes e bens culturais produzidos no âmbito do regional, o que sem dúvida suaviza as arestas. Tais disputas entre regiões não se situam e nem atingem a base do amálgama racial que dá nascimento ao povo brasileiro¹⁰.

O Brasil inova, e daí a sua pujança como nação, no fato de ser uma democracia racial e social. O problema político — e, após 1964, sabe-se que a sua “solução” viria pela mão dos militares — situa-se acima da sociedade. Como fica evidente pela trajetória de Freyre, sua opinião quanto à intervenção militar é *sui-generis* e, no que tange às transformações maiores havidas desde então, estas teriam sido pacíficas...

Desde sua obra clássica, “Casa grande & senzala”, até a reedição deste ensaio que interpreta o Brasil, a visão freyriana é otimista e positiva, enquanto que a de Sérgio Buarque coloca um desafio à ultrapassagem.

¹⁰ Freyre, op.cit.

Mas por que retomar tais autores e, sobretudo, por que fazê-los dialogar a propósito de um processo de encantamento/desencantamento do mundo?

Porque cremos que, neste diálogo ou cruzamento, encontramos duas matrizes para repensar o Brasil que, partindo de posições opostas, acabam caindo no seu contrário.

Com Sérgio Buarque, do desencantamento do mundo atinge-se a falsa cordialidade, que acaba fetichizando o modo de ser nacional: o mito do homem cordial, do brasileiro afável e bonachão, que seduz pelo engodo e enfeitiça. A visão de Sérgio Buarque, contudo, destrói a magia deste processo e revela a construção do mito, que aprisiona a identidade nacional. Do encantamento à dessacralização do estereótipo, o autor revela que a superação só pode advir de um rompimento: aquele da superação da herança do passado, da reconstrução da estrutura social e política para chegar à democracia de fato.

Neste processo, o alvo é o local-regional: para Sérgio Buarque, é preciso romper com a região para chegar à nação. E, neste desiderato último, nosso autor, ao denunciar o mito, inscreve o seu sonho crítico no domínio da utopia. Suas energias utópicas, criativas e libertadoras apontam para uma solução possível, que se encontra ainda inacabada, mas que torna atualizada sua proposta para a leitura dos contemporâneos.

Freyre, por seu lado, parte de um encantamento do mundo que se encerra em si mesmo, na prisão tentadora do mito: o paraíso é aqui, somos mágicos e originais, diferentes, sedutores. Sua idéia da acomodação sem conflito ignora os problemas, mas tem o fascínio da positividade, dotada de forte apelo.

A força da sua idéia, que tem seu curso até hoje, reatualizada por versões midiáticas e glamourizadas pela indústria cultural, baseia-se na solução de uma herança antitética, que opõe cultura e natureza. Desde a descoberta, o Brasil e sua gente são colocados do lado da natureza, como dado posto, a ser contemplado, admirado e exaltado, mas se situam, por assim dizer, na contramão da cultura e da civilização.

Com Gilberto Freyre se oferece uma visão triunfante: nela se diz que aqui, no Brasil, a natureza predominou sobre a cultura, mas esta inversão das relações de forças produziu civilização. O Brasil, em síntese, criou uma cultura dominada pela natureza, uma cultura não só pujante, como desejável de ser atingida por muitos olhos estrangeiros.

Sua postura, contudo — vista desde fora, sem que esteja incluída na visão do autor —, tende a um realismo prático, que desfaz todo o encanto. A visão de Freyre consagra o homem cordial de Sérgio Buarque como o perfil nacional autêntico e, ao fazê-lo, preserva a região — o Nordeste —, fazendo da sua semelhança a imagem da nação. O esforço metonímico oculta o ressentimento de um regional alijado dos centros decisórios do poder de sua época, mas Freyre tem a seu favor a positividade do mito, que exclui a utopia. Afirma o que o Brasil é e será, não aposta num vir-a-ser. Sacraliza a visão, confina o paraíso, não pressupõe a discussão da mudança, porque seu horizonte de futuro aponta para a imobilidade do passado. Freyre coloca, na sua visão de futuro da história nacional, o passado ponto de chegada idealizado.

Do encantamento do mundo a um desencantamento que enfrentava críticas acadêmicas nos anos sessenta a oitenta, Freyre, mágico fazedor das imagens cristalizadas, tem sido recuperado para que se possa pensar como tal escritura é produzida e chega mesmo a se apresentar conveniente nas condições contemporâneas.